

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



REVISITANDO O ENFOQUE DE ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA  
LATINA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO DE ESTILOS

Fagner João Maia Medeiros

## REVISITANDO O ENFOQUE DE ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO DE ESTILOS

Fagner João Maia Medeiros

### RESUMO

O objeto desta pesquisa se concentra na abordagem de estilos de desenvolvimento elaborada na década de 1970 na América Latina para tratar da problemática da superação do subdesenvolvimento. A proposta deste estudo é entender que o debate clássico sobre estilos, que inaugura a primeira edição da *Revista de la Cepal*, deve ser compreendido dentro de um extenso quadro intelectual que o antecede. Portanto, a intenção aqui está em investigar a gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina. Para tal, este estudo parte por duas frentes analíticas. A primeira está em revisar o debate do subdesenvolvimento da América Latina, tendo em vista que a noção de estilos aparece no desenrolar do debate crescimento-estagnação da década de 1960. A segunda frente almejou realizar uma revisão histórica do conceito de estilos de desenvolvimento e clarear o contexto intelectual, a qual emerge este conceito. Para finalmente poder adentrar na contribuição do Aníbal Pinto e Jorge Graciarena e compreender o esforço teórico dos autores em estabelecer os contornos teóricos para o enfoque de estilos. Por resultado, entende-se que a abordagem de estilos é um dos frutos de um movimento de revisão crítica da teoria do desenvolvimento iniciado na década de 1960.

Palavras-Chaves: Pensamento Econômico Latino-Americano, Teoria do Desenvolvimento, Cepal, Estilos de Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The object of this research concentrates in the approach to development styles elaborated in the 1970s in Latin America to focus on the overcoming underdevelopment problem. The propose of this research is to understand that the classic debate about styles, which starts the first edition of *Cepal Review*, must be understood inside in an intellectual framework that precedes it. Therefore, the intention here is to investigate the genesis of the approach of development styles in Latin America. By the way, this end, this study is based on two analytical fronts. The first is to review the Latin American underdevelopment debate, considering that the notion of styles appears in the course of the growth-stagnation debate of the 1960s. The second front sought to make a historical review of the concept of development styles and to clarify the intellectual context, which emerges this concept. Finally, to enter into the contribution of Aníbal

Pinto and Jorge Graciarena and to understand the theoretical effort of the authors to establish the theoretical boards for the approach of styles. By result, the result of this research is that the approach to styles is one of the fruits of a critical revision movement of development theory.

Keywords: Latin American Economic Thought, Development Theory, ECLAC, Development Styles.

## Introdução

O conceito de “estilos de desenvolvimento” integra um papel relevante na literatura do desenvolvimento da América Latina, fundamentalmente, a partir dos anos de 1970, quando se consolida como elemento central dentre das análises da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Todavia, não é necessário adentrar muito na literatura para se dar conta da falta de consenso sobre o tema. A conceituação de estilos remete a uma multiplicidade de sentidos, desde modelos de política econômica até mesmo a questões mais gerais, como um estilo de vida de uma sociedade. Ademais, há um correlato na literatura internacional que faz uso do conceito de “modalidades de capitalismo”<sup>1</sup>.

De modo geral, a ideia de estilos de desenvolvimento está vinculada à necessidade de entender a especificidade do funcionamento das economias latino-americanas. A busca pela compreensão dessa singularidade aparece ainda nos textos inaugurais da Cepal (criada no ano de 1948) liderados por Raúl Prebisch (1950, 2011). Embora ainda não fizesse uso do termo “estilos de desenvolvimento”, Prebisch se concentrava em contrastar o caso da periferia latino-americana com os países centrais. Deste modo, parte dessa descrição foi direcionada no sentido de mostrar que a periferia latino-americana detinha em sua estrutura características como heterogeneidade estrutural, baixa diversidade produtiva e institucionalidade inadequada.

A abordagem de estilos de desenvolvimento integra as discussões da Cepal<sup>2</sup>, porém, os contornos desse conceito são definidos a posteriori. Como aponta Bielschowsky (2018), a caracterização da evolução do pensamento cepalino mantém seu enfoque metodológico consistente, isto é, o uso do enfoque histórico estrutural<sup>3</sup>. Entretanto, conforme a história real se altera, o contexto exige que a comissão modifique suas ênfases e renove suas interpretações sem se desfazer do seu método. À vista disso,

---

<sup>1</sup> Garza (1992) identifica pontos de conexão entre o conceito de “estilos de desenvolvimento” e “modalidades de capitalismo” utilizados pela Escola Francesa da Regulação.

<sup>2</sup> Como aponta Rodríguez (1981), a Cepal atua em uma dupla dimensão. Tanto no âmbito prático como um órgão de desenvolvimento elaborando documentos destinado a orientação de *policy makers* de toda América Latina. Por outro lado, a contribuição da Cepal para a Teoria do Desenvolvimento também a garantiu o caráter de escola de pensamento.

<sup>3</sup> Para ver sobre o Método histórico estrutural da Cepal ver Rodríguez (1981).

Bielschowsky (2018) caracteriza as ênfases centrais presentes ao longo da Cepal, sendo que na década de 1970 a discussão de estilos de desenvolvimento integra o centro do debate das reflexões sobre o subdesenvolvimento dentro da comissão<sup>4</sup>. É na edição inaugural da *Revista de la Cepal* que autores como Aníbal Pinto, Jorge Graciarena, dentre outros autores, realizam um esforço de elaborar uma abordagem para tratar da questão do desenvolvimento da América Latina partindo da linha interpretativa dos estilos de desenvolvimento. Estes artigos seminais da revista abarcavam um debate teórico-metodológico em busca de delinear com clareza as questões relacionadas aos estilos de desenvolvimento. Deve-se sublinhar as divergências dentre essas abordagens ainda são evidentes, pois Pinto (1976, p. 104) conceitua os estilos dentro de uma abordagem estritamente econômica. Para o autor estilos de desenvolvimento seria “la manera en que dentro de un determinado sistema se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes y cómo producir bienes y servicios”. Graciarena (1976, p. 186), por sua vez, introduz na discussão de estilos a questão do interesse de elites e coalizões sociais – a questão do poder. Estilos de desenvolvimento para o autor incorpora “las estrategias y políticas de desarrollo que una voluntad política promueve en condiciones histórico-estructurales particulares”.

O cerne deste artigo se concentra na compreensão na busca pela origem desta abordagem, uma vez que o conceito de estilos de desenvolvimento já aparecia em escritos, mesmo de forma inacabada, no final dos anos de 1960. Desta maneira, a contribuição de Pinto e Graciarena devem ser entendidas a partir de um conjunto de interpretações que o precedem. Dito isso, o objetivo deste artigo está em investigar a gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina. Para tal, as interpretações de Rodríguez (2009) e Bielschowsky (2018) tendem a apontar que a discussão dos estilos é subproduto do debate do subdesenvolvimento da América Latina dentro da tradição estruturalista, isto é, o entendimento sobre estilos seria fruto de um movimento de revisão crítica das concepções iniciais sobre o desenvolvimento protagonizadas por autores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, e até mesmo pelo próprio Aníbal Pinto.

---

<sup>4</sup> Conforme Bielschowsky (2018), estilos de desenvolvimento ao lado de produções sobre a necessidade de direcionar uma industrialização pró-exportadora definiam a agenda de discussões da Cepal na década de 1970.

Outra ferramenta de análise realizada está na realização de uma revisão histórica do conceito de estilos de desenvolvimento. O termo estilos aparece anteriormente vinculado à guinada reformista que prevalece nos anos de 1960 e também associado ao movimento crítico aos modelos de desenvolvimento concentradores, desiguais e autoritários que estavam presentes em inúmeros países da região<sup>5</sup> (RODRÍGUEZ, 2009; VILLAMIL, 1979). Os textos clássicos da abordagem de estilos de desenvolvimento de Aníbal Pinto e Jorge Graciarena são frutos desta constelação intelectual relatada acima, conforme Arida (2003), parte do trabalho de decifrar um texto está em interagir com este contexto intelectual<sup>6</sup>.

A partir da discussão empreendida acima, este artigo se estrutura em quatro seções, sendo elas: (i) o debate do subdesenvolvimento da América Latina; (ii) o contexto e as primeiras aparições dos estilos de desenvolvimento, o qual integra uma revisão histórica do conceito de estilos de desenvolvimento; para enfim chegar a (iii) construção da Abordagem de Estilos, entre Aníbal Pinto e Jorge Graciarena; por fim, é apresentado brevemente algumas (iv) considerações finais obtidas.

## **2. Debate do Subdesenvolvimento da América Latina dentro da Estruturalista**

A trajetória das discussões sobre o subdesenvolvimento da América Latina não é nada linear. Conforme Bastos e D'Avila (2009), esse trajeto é marcado por debates, controvérsias, revisões e autocríticas realizadas pelos autores. A agenda de pesquisa dos estilos de desenvolvimento também deve ser vista como resultado da evolução das discussões sobre o subdesenvolvimento a partir da contribuição inicial realizadas pela Cepal, uma vez que a comissão integra elementos centrais dos debates anteriores, pelo qual é alvo dessa seção<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> A partir da década de 1960 diversos golpes de Estado se difundiram em países do cone-sul. Brasil no ano de 1964, na Argentina em 1966, e no Chile em 1973 (MARTÍN, 2016).

<sup>6</sup> Pretende-se realizar a revisão histórica a luz das ressalvas sobre os pecados levantados por Skinner (2006) no estudo da História das Ideias. Portanto, deve-se evitar a ambição de alcançar uma interpretação unificada sobre a questão dos estilos.

<sup>7</sup> Antes de iniciar a exploração, é apropriado sublinhar que o recorte desta seção trata apenas do debate do subdesenvolvimento dentro da tradição estruturalista. Deste modo, não incluindo vertentes que aparecem a partir da década de 1960, como os teóricos da dependência (marxistas e weberianos) e até mesmo críticos liberais.

É pertinente ressaltar que o conceito de desenvolvimento, ou a percepção da condição subdesenvolvida de alguns países, é um fenômeno tardio na literatura econômica. De modo geral, é no pós-guerra que essas discussões se cristalizam na América Latina em uma “agenda centrada no problema do atraso no desafio do desenvolvimento e da ‘modernização’ das sociedades e economias nacionais” (FIORI, 2018, p. 17). A criação da Cepal no ano de 1948 é um marco, visto que essa instituição incorporou inúmeros autores renomados em busca de compreender a peculiaridade da condição periférica da região. Dentre estes autores estava Celso Furtado, Raúl Prebisch, mais tarde, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros (POLETTTO, 2000).

Raúl Prebisch, indubitavelmente, é o principal arquiteto da construção teórica dos anos iniciais da Cepal. Seu texto clássico *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* (2000 [1949]) se difundiu na literatura como um Manifesto Latino-Americano. A partir de um conjunto de teses centrais – como deterioração dos termos de intercâmbio, tendência ao estrangulamento externo –, Prebisch reivindica a necessidade de coordenar o processo de industrialização em curso em inúmeros países da região a partir de um projeto de industrialização integral comandado pelo Estado<sup>8</sup>. De modo geral, o conceito de desenvolvimento assume um paradigma central em cada período histórico. Conforme Lessa e Dain (1983), na América Latina na década de 1950 a industrialização representava este paradigma, sendo o único meio de romper com a inércia do subdesenvolvimento.

Na década de 1950, este paradigma teórico alcançava seu auge, dado que, o projeto de industrialização integral logrou em elevadas taxas de crescimento e transformação da estrutura produtiva da região mantendo os níveis de preço sob relativo controle. Entretanto, a década seguinte marca a reversão deste cenário com a emergência de uma crise que se arrastou por toda região provocando uma onda de pessimismo com relação ao desenvolvimento das nações atrasadas (FIORI, 2018). O alcance e a profundidade desta crise se tornam evidentes quando se analisa o quadro econômico do

---

<sup>8</sup> Em busca de síntese, a abordagem cepalina inicial trabalha com o conceito de dualismo estrutural, isto é, economias que mantêm simultaneamente uma estrutura arcaica, ou pré-capitalista, e uma estrutura moderna. Diante disso, a superação do subdesenvolvimento estaria no avanço do processo de industrialização (estrutura moderna) que atuaria transferindo mão de obra da estrutura arcaica para a moderna até alcançar a homogeneização da estrutura produtiva (RODRÍGUEZ, 1981).

período. Entre os anos de 1960-64, o crescimento econômico do período cai para 0,3 por cento ao ano, circunstância agravada pelo recrudescimento das taxas de desemprego, incidência de pressões inflacionárias em alguns países, e um amplo movimento de concentração de renda por toda região (BIELSCHOWSKY, 2018; SERRA, 1976).

A conjuntura era de reversão do ciclo expansivo anterior e os efeitos superaram a queda desses indicadores expostos acima. No quadro interno, o avanço do projeto de industrialização para dita “fase difícil”, ao qual, engloba a internalização dos setores modernos – a indústria de Bens de Consumo Duráveis (BCD) e Bens de Capital (BK) – que aparece em alguns países era marcada por um esgotamento do processo de industrialização. As exigências impostas por estes novos setores incluíam a necessidade de mercados amplos, volumosos investimentos exigidos pela ampliação do coeficiente de capital. Por outro lado, o panorama geopolítico se degradava com o aprofundamento da Guerra Fria, significando a retirada gradual de compromissos financeiros dos Estados Unidos com a América Latina (RODRÍGUEZ, 2009).

Este cenário desastroso abria espaço para manifestações de insuficiências no projeto de desenvolvimento, uma vez que apenas uma pequena fração da sociedade se beneficiou dos frutos da industrialização em detrimento das camadas sociais em condições de infraconsumo. Por resultado, a industrialização como paradigma para o desenvolvimento perdia espaço em meio à crise dos anos de 1960. Deste modo, era dada a largada para novas reflexões sobre a questão do subdesenvolvimento da América Latina, pois havia uma crise que apontava a incapacidade e limites ao processo de industrialização e esta crise deveria ser respondida.

## 2.1 Interpretações da crise: o debate crescimento-estagnação

Inúmeras interpretações teóricas aparecem para explicar esta crise ao longo dos anos de 1960. De certa forma, a concepção de estilos é resultado das análises teóricas empreendidas ao longo deste período. O primeiro eixo interpretativo de destaque se concentrou em associar a crise com a existência de um bloqueio estrutural no processo de desenvolvimento da América Latina à medida em que avançava o processo de industrialização substitutiva. Chamaremos esta vertente aqui de “estagnacionista”.



Dentro dessa ótica, um autor central para a exposição da visão estagnacionista é Celso Furtado, sendo que suas ideias ganham maior expressão ao longo da década. O diagnóstico de Furtado para a crise era preciso, alegava uma tendência inexorável à estagnação no processo de desenvolvimento dos países da região. Em meio a isso, Furtado constrói os marcos iniciais da tese de estagnação em sua obra *Dialética do desenvolvimento* (1964) e, elabora com maior veemência, anos depois na obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968 [1966]). O argumento central do autor está apoiado no entendimento que embora a intervenção estatal eficiente seja essencial para o avanço da industrialização, essa não é condição suficiente o sucesso do desenvolvimento industrial, uma vez que essa industrialização pode estar conduzindo um progresso técnico para satisfazer uma pequena camada da população. Portanto, a industrialização não garante o dinamismo da economia e, outrossim, também não assegura critérios de equidade e justiça social.

A estagnação para Furtado era manifestada pela queda da relação produto-capital conforme a industrialização avançava para sua fase mais complexa. A chegada da indústria de BK e BCD quando entram em contato com uma estrutura anacrônica e concentrada – como a da América Latina – têm seus traços periféricos acentuados, assim contribuindo para o fenômeno do dualismo estrutural e modificando a estrutura social, que, por sua vez, colabora com a concentração negativa da renda<sup>9</sup>. Furtado (1968) se dá conta através de uma análise da evolução e caracterização dos componentes da demanda, que está é condicionada por pautas distributivas, que, por seu turno, põe em marcha limites ao crescimento econômico, ou até mesmo poderia culminar em estagnação.

Nos termos de Furtado (1968), o sistema tecnológico dos novos setores industriais atuavam diretamente reduzindo o ritmo de absorção de mão de obra devido à elevação do coeficiente de capital, sendo este inerente à técnica moderna. A concentração de investimentos nessas indústrias atuava simultaneamente agravando a situação das classes mais vulneráveis que passam cada vez mais a depender de subempregos e, por outro lado,

---

<sup>9</sup> O tratamento da distribuição de renda como um determinante importante para a questão do desenvolvimento dentro do arcabouço teórico de Furtado é uma novidade dentro da tradição estruturalista. Conforme Fiori (2018, p. 36), os estudos clássicos da Cepal partiam da ideia em que “que houvesse uma tendência natural do desenvolvimento econômico a produzir efeitos convergentes e homogêneos do ponto de vista social”.

contribui moldando a composição da demanda através da concentração funcional da renda. De acordo Medeiros e Cosentino (2018, p. 17), dentro do esquema teórico de Furtado

a concentração de renda estava sendo determinada e realimentada pelo próprio mecanismo de desenvolvimento estabelecido na América Latina, visto que o novo coeficiente de capital causa uma nova concentração de renda reduzindo progressivamente a partição das massas com relação ao produto, assim desencadeando em um processo de causação circular.

Em suma, havia para Furtado uma relação clara entre a estrutura produtiva e social. Conforme a industrialização avançava para estágios avançados se afirmava um setor industrial intensivo em capital e com exigência de mercados amplos. Tal setor contribui com a concentração dos frutos do progresso técnico sob uma pequena minoria da sociedade que mantinha seus padrões de consumo mimetizados<sup>10</sup> que, no que lhe diz respeito, essa fração da população modificava a composição da demanda em favor das indústrias modernas. Conforme Furtado, o resultado seria a formação de uma estrutura produtiva concentrada, pouco empregadora, com baixa dinâmica e incapaz de manter seu desempenho, já que a renda é cada vez menos destinada aos salários e paulatinamente apropriada para o consumo supérfluo. Neste panorama exposto pelo autor, a insuficiência da demanda conduziria para uma tendência a queda da taxa de lucro que sob a hipótese de salários constantes levaria a queda relação produto-capital, sendo esta a marca da estagnação (FURTADO, 1968).

À luz exposição da cima, a abordagem de Furtado direciona para a construção de um receituário de cunho reformista para a crise – sendo este o lema dos anos de 1960. Furtado reitera a necessidade de elaborar um conjunto de reformas de base e institucionais (agrária, financeira, distributiva, tributária, entre outras) que colaborassem com a transformação da estrutura social reduzindo, substancialmente, a estrutura da distribuição de renda. A realização de reformas agrárias e a adoção de programas redistributivos que atuariam com efeitos positivos sobre o emprego permitindo alterar a estrutura da demanda para produtos com menor grau de exigência com relação à escala do capital. Logo, tais

---

<sup>10</sup> Para Furtado, está classe estaria despreocupada com qualquer pauta de desenvolvimento nacional, apenas se concentrando em copiar o padrão de vida das classes ricas dos grandes centros capitalistas (FURTADO, 1968).

reformas permitiriam a recomposição dos investimentos da economia (BIELSCHOWSKY, 2004).

A tese de estagnação de Furtado abre espaço para um conjunto de reflexões correlatas. Aníbal Pinto é outro autor relevante para a discussão da década de 1960. Neste debate, o autor envereda nas discussões da crise também fazendo uso de um diagnóstico pró-reformas, entretanto, nega qualquer possibilidade de bloqueio estrutural próximo à interpretação de Furtado. O texto *Natureza e Implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina* (PINTO, 2000 [1970]) acompanha este movimento crítico das reflexões iniciais da Cepal. Deste prisma, a contribuição de Aníbal Pinto está em levantar que a industrialização ao invés de cumprir seu papel esperado de eliminar a heterogeneidade estrutural estava acentuando ainda mais o dualismo entre as estruturas da região. Nas palavras do autor, “em suma, a capacidade de irradiação ou impulsionamento do ‘setor moderno’ revelou-se, para dizer o mínimo, muito menor do que a esperada” (PINTO, 2000, p. 575).

No que tange a formulação deste diagnóstico, Pinto parte de uma revisão conceitual da questão da heterogeneidade estrutural<sup>11</sup>. De acordo com Cimoli e Porcile (2013), Pinto propõe aprimorar o conceito incorporando camadas de produtividades ao invés de trabalhar com apenas um setor moderno (industrial) e pré-capitalista (setor primário-exportador). Neste sentido, a heterogeneidade é mais que um fenômeno dual, visto que dentro do setor agrícola é possível encontrar uma agricultura moderna e primitiva, podendo ser ainda mais diversos quando se trata da questão da indústria e do setor de serviços. Frente às mudanças produzidas na estrutura com o advento da industrialização, Pinto (1970) propõe uma análise da estrutura a partir de três camadas, tendo a produtividade do trabalho como um parâmetro. Tais camadas são: (i) setor primitivo, associado a níveis de produtividade e renda per capita semelhantes ao período colonial; (ii) pólo moderno, setor integra atividades com níveis de produtividade semelhante a economias desenvolvidas; por último, (iii) camada intermediária, a qual

---

<sup>11</sup> O conceito de “heterogeneidade estrutural” carrega à noção de “dualismo” presentes em Furtado e Prebisch exposta acima. Todavia, esta mesma noção é condenada por Pinto (2000), alegando que tal conceito parte de um caso extremamente abstrato, não capitando as implicações e os efeitos deste fenômeno.

corresponde à produtividade média do país. Cada camada incorpora caráter multisetorial, ou até mesmo uma dicotomia entre urbano e rural.

Como delineado acima, Aníbal Pinto infere algumas considerações sobre a questão da heterogeneidade. Como primeiro ponto, Pinto identifica uma vasta descontinuidade entre as camadas, sendo que o pólo moderno tem, em média, a produtividade 20 vezes superior as atividades da camada primitiva. Além disso, elevados graus de descontinuidade podem ser presenciados dentro de um mesmo setor. Um segundo ponto está na significância dessas camadas, Pinto sublinha que o pólo moderno, apesar de dinâmico, apenas emprega cerca de 13 por cento da mão de obra latino-americana, além do mais, a produção de bens desta camada é dirigida para uma pequena fração da população. Por outro lado, o setor primitivo, responsável por apenas 8 por cento do produto, incorpora entre 35 e 40 por cento da população ativa. Em decorrência disso, a magnitude da heterogeneidade estrutural dirige efeitos para os contingentes humanos e atividades produtivas, ou seja, atinge negativamente a estrutura de emprego da economia – baixas remunerações e subemprego (PINTO, 2000).

A explicação em torno da mudança de expectativa referentes a superação da heterogeneidade estrutural está, fundamentalmente, associada à relação entre estas camadas com a dinâmica da economia. Como exposto, o movimento dessas camadas estava longe de se tornar autossustentado. Nos termos de Aníbal Pinto (2000, p. 575), “sendo mais do que um progresso para a ‘homogeneização’ da estrutura global, perfila-se um aprofundamento da sua heterogeneidade” (p. 575). Diante disso, o caminho traçado por Pinto neste debate, aponta que a heterogeneidade estrutural, ou sua permanência, produz efeitos diretos sobre a estrutura periférica. A atual composição da estrutura latino-americana seria um destes efeitos, pois corrobora com processo de concentração dos frutos do progresso técnico. Quanto ao resultado, o autor sublinha a possibilidade de um menor grau de crescimento dado aos níveis de contração, todavia, um processo de estagnação não estava em curso<sup>12</sup>.

É a partir da construção desta controvérsia do crescimento-estagnação que começam a aparecer os primeiros traços que integram a abordagem de estilos. Dentro

---

<sup>12</sup> As considerações de Aníbal Pinto sobre a crise da década de 1960 já traçam um trajeto distinto aos teóricos da estagnação, como Furtado, elucidados anteriormente.

dessa temática, Aníbal Pinto já faz uso de termos como “alternativa”, “modelo” ou “estratégia” de desenvolvimento, com o intuito de demonstrar a possibilidade de alterar as diretrizes básicas do desenvolvimento. Para Pinto (2000, p. 584), trata-se, em resumo, de substituir a alternativa vigente que repousa na produção para uma relativa minoria, optando por “um crescimento cujo o eixo e objetivos centrais fossem a disseminação do progresso técnico, a ampliação do mercado interno, a homogeneização do sistema”.

Seguindo os trilhos de Aníbal Pinto, Tavares e Serra criticaram incisivamente a tese estagnacionista elaborado por Furtado através do texto *Além da Estagnação* (2000 [1971])<sup>13</sup>. Nos termos de Tavares e Serra, “a crença na estagnação tem prejudicado significativamente as interpretações sobre o funcionamento e a dinâmica de algumas economias da região” (TAVARES; SERRA, 2000, p. 591). Diante disso, a proposta destes autores propõe deslocar a discussão do desenvolvimento do âmbito do desenvolvimento da nação, sinalizando a necessidade em estudá-lo dentro da ótica do capitalismo. Neste sentido, seria errôneo levantar a possibilidade de esgotamento dinâmico na região a partir das evidências expressas na crise da década de 1960, como: marginalização, subemprego, infraconsumo. Para tais autores, essas variáveis não constituem problemas da dinâmica econômica, ao contrário de outros fatores referentes à absorção de poupanças e oportunidade de investimento.

Tavares e Serra questionam diretamente a consistência do modelo de Furtado através de um instrumental analítico kaleckiano<sup>14</sup>. Dada esta constante, um dos determinantes fundamentais para o processo de estagnação apontado por Furtado está na evolução da relação produto-capital. Todavia, ambos os autores sublinham que o uso dessa categoria analítica estaria vinculado ao resultado do processo econômico, por consequência, não poderia indicar um bloqueio estrutural. Tal variável (relação produto-capital) utilizada, por Furtado, não faz parte do cálculo do empresário, este estaria visando, essencialmente, a taxa de lucro que poderá obter (lucro esperado). Para mais, Furtado ao induzir que a relação produto-capital tende a cair conforme se eleva o

---

<sup>13</sup> Publicação original com o título *Más Allá del Estancamiento* pelo período *El Trimestre Económico*, produzido sob orientação de Aníbal Pinto na sede da Cepal (BIELSCHOWSKY, 2018).

<sup>14</sup> Visto que os autores se apoiam nesta abordagem, a trajetória de crescimento é explicada pelo comportamento das variáveis de demanda, consequentemente, a restrição do crescimento estaria vinculada, substancialmente, pela retração dessas variáveis (BASTOS; D’AVILA, 2009).

coeficiente de capital termina por desconsiderar efeitos do progresso técnico vinculados a acumulação de capital<sup>15</sup>, do mesmo modo, quando ocorre algum efeito negativo sobre a relação produto-capital, tal ocorrência é contrabalanceada pelo aumento do excedente subtraído pela força de trabalho (TAVARES; SERRA, 2000).

É pertinente ressaltar aqui, que ao apresentar essa discussão teórica do debate crescimento-estagnação, estamos confrontando a realidade latino-americana nos anos de 1960, com destaque especial ao caso brasileiro, ao qual, é alvo central dos autores aqui discutidos. Sendo assim, caminhamos aqui pelo esgotamento dos anos de 1960 direcionando para o “Milagre” brasileiro, que combina elevadas taxas de crescimento baseado na concentração de renda. Dito isso, a contribuição realizada por Tavares e Serra ocorrem no bojo da retomada do crescimento brasileiro com o intuito de ilustrar que a concentração de renda tem se mostrado funcional para a dinâmica capitalista.

Em função disso, Tavares e Serra (2000, p. 593) nutre que a crise dos anos de 1960 era decorrente de uma insuficiência de demanda orientada pela reversão cíclica do ciclo de investimentos anteriores realizados pelo Plano de Metas no Brasil. A partir do golpe militar do ano de 1964, a retomada do crescimento é traçada a partir de um conjunto de diretrizes e reformas econômicas para superação dos obstáculos ao crescimento. Assim, atuando por um lado, reajustando a estrutura de demanda em favor das classes médias e altas, junto a isso, promovendo marginalizando as camadas mais baixas da população com uma política salarial agressiva. Isto posto, logrou em “estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema”.

Como tratado anteriormente, a conceituação de estilos – que aparece de forma mais elaborada na literatura nos anos de 1970 – é fruto de um conjunto de reflexões críticas com relação a noção do desenvolvimento da América Latina. A abordagem de estilos incorpora traços deste debate. O instrumental analítico utilizado por Furtado ao trabalhar com a composição da demanda e sua condicionalidade com relação aos padrões distributivos é retomado nos anos de 1970. Além do mais, o próprio diagnóstico reformista aparece associado à ideia de “estilos de desenvolvimento”, todavia, a

---

<sup>15</sup> Conforme Tavares e Serra (2000), os novos equipamentos incorporados à economia são mais eficientes para a dinâmica do sistema do que os equipamentos preexistentes.

abordagem se afasta das hipóteses “estagnacionistas”, optando pela noção de possibilidade de obter diversos “modelos” de desenvolvimento. Em outros termos, tais diagnósticos sinalizavam para a necessidade em modificar o estilo de desenvolvimento concentrador vigente. Como exposto, esta noção de estilos já aparece no texto de Pinto, e com maior tenacidade na contribuição de Tavares e Serra, sendo que estes autores fazem o uso do termo “estilos” ao propor como um dos objetivos de seu estudo “evidenciar alguns aspectos que caracterizam o estilo de desenvolvimento econômico brasileiro” (TAVARES; SERRA, 2000, p. 591)<sup>16</sup>.

### 3. O Conceito de Estilos de Desenvolvimento, cenário e primeiras aparições

É certo que a abordagem de estilos de desenvolvimento é fruto de discussões acerca do subdesenvolvimento dos anos de 1960, sobretudo, dentro da chave crescimento-estagnação. No entanto, o termo estilo já se faz presente em outras produções correlatas dentro da literatura do desenvolvimento econômico, as quais foram alvos dessa seção. Pretende-se aqui realizar uma revisão histórica do termo “estilos de desenvolvimento”, averiguando em importantes textos como tal conceito aparece na literatura do desenvolvimento. Para tal, conforme Skinner (2006), deve-se tomar cuidado com este exercício ao tratar de um conceito que ainda não está totalmente articulado<sup>17</sup>. Neste caso, deve-se evitar o anacronismo na compreensão do conceito de “estilos”, partindo da mesma articulação que o conceito aparece nos anos de 1970 nos artigos da *Revista de la Cepal*.

De certa forma, há um certo consenso na literatura sobre a primeira aparição do termo “estilos” ter sido em um estudo elaborado, ainda no ano de 1969, por uma equipe de colaboradores do *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES)<sup>18</sup>, tendo como diretor principal do estudo o economista Oscar Varsavsky. A produção pioneira *Estilos de Desarrollo* (CENDES, 1969), visou elaborar um modelo matemático capaz de realizar

---

<sup>16</sup> Conforme Bielschowsky (2018, p. 76), a elaboração empreendida por Tavares e Serra “pode ser considerada uma das peças inaugurais da nova linha analítica cepalina sobre os ‘estilos’”.

<sup>17</sup> Como sublinha Skinner (2006), os conceitos mudam conforme o tempo, deste modo, deve-se pensar o conceito dentro de seu tempo.

<sup>18</sup> Órgão criado pelo governo da Venezuela junto à *Universidad Central de Venezuela*.



“comparaciones teóricas entre estilos hipotéticos alternativos de desarrollo” (CENDES, 1969, p. 517).

A discussão elaborada por estes autores caminhou, no sentido, de criticar uma visão que permanecia na literatura, que insistia em tratar como premissa que o desenvolvimento implica, necessariamente, em mudanças na esfera da demanda e da produção para algo semelhante ao que vigora nos centros capitalistas, a qual é chamado neste informe por “estrutura consumista”. Isto é, implica em adotar mudanças quantitativas e qualitativas na demanda interna guiado pelo consumo por diferenciação, com isso, modificando também a estrutura do produto e as importações. A noção de “estilos de desenvolvimento” já aparece neste informe, ao caracterizar o estilo do centro capitalista e afirmar que seria “un grave erro aceptar un estilo de desarrollo sin antes explorar otras posibilidades (...)” (CENDES, 1969, p. 517), isto é, abrindo espaço para noção de inúmeras possibilidades de desenvolvimento.

O modelo elaborado pelo CENDES propõe comparar como se apresentam os problemas do desenvolvimento em distintos estilos. Para tal fim, analisando a projeção das mudanças da estrutura da demanda no longo prazo – tendo por marco o ano 2000. No que tange os estilos de desenvolvimento, os autores trabalham com três tipos que se distinguem muitas vezes por suas filosofias e ideologias, sendo eles: (i) estilo “consumista”, (ii) estilo “criativo”, e (iii) estilo “autoritário”<sup>19</sup>.

O resultado da análise do informe do CENDES sugere a adoção do estilo criativo como opção viável para América Latina ao que se refere a melhora dos indicadores econômicos e sociais no longo prazo. No entanto, o que importa aqui não é discutir exaustivamente este informe, mas sim notar como a questão de estilos aparece neste texto pioneiro. De certa maneira, o conceito aqui mostra-se de forma muito abrangente, se referindo a uma imagem ou um estilo de sociedade. Além disso, de acordo com Rodríguez

---

<sup>19</sup> No que se refere a caracterização de cada estilo, o primeiro deles, se inspira nos hábitos, a cultura, tecnológica dos países desenvolvidos, para assim, obter uma sociedade de bem-estar pautada pela diversificação do consumo. O estilo criativo, por sua vez, parte do valor primordial de uma cultura autônoma, onde se valorizaria a originalidade criativa na produção, tecnologia, educação, entre outros, não almejando o consumo por diferenciação. No que se refere ao último estilo, autoritário, o nacionalismo seria apenas verbal, pois o estilo propõe inserir a nação como um satélite de uma grande potência, favorecendo inversões e tecnologia estrangeiras, mas, por outro lado, não valorizando a educação. O intuito estava em promover uma cultura marcada por valores tradicionais por um governo autoritário e forte. Para melhor caracterização ver CENDES (1969).



(2009), o conceito de estilos aparece como opção para contrastar a situação existente, isto é, tem um aspecto prático, nos termos dos colaboradores “todo plan de desarrollo exige a elección de un estilo de desarrollo como marco de referencia” (CENDES, 1969, p. 538). Em adição, a caracterização do “estilo autoritário”, presente nesse informe, vislumbra o cenário latino-americano, uma vez que alguns países presenciaram a ascensão de regimes autoritários. Esta preocupação dos colaboradores está vinculado à guinada reformista dos anos de 1960 e a crítica ao estilo de desenvolvimento vigente.

Outra referência chave para construção da abordagem de estilos aparece no texto *Distribución de Ingreso y Opciones de desarrollo* (1970) escrito pelo diretor do Instituto de Economía y Planificación de la Universidad de Chile Vusovic. No que tange a discussão empreendida, o termo estilos aparece aqui na forma de “opção”, “padrão” de desenvolvimento ou, até mesmo, na forma de “modelo de funcionamento” de uma economia. Neste estudo, o autor avalia os traços das economias latinas – com ênfase ao caso chileno – como concentração de renda e incorporação do progresso técnico que, por sua vez, terminam por gerar o “actual patrón de desarrollo, del que también forman una parte con igual carácter otros problemas centrales (...)” (VUSCOVIC, 1970, p. 43). Neste sentido, o uso do conceito de estilos por este autor está vinculado ao movimento crítico dos atuais modelos de desenvolvimento concentradores e excludentes presentes na região, por conseguinte, o diagnóstico de Vusovic também se aproxima da agenda reformista da década de 1960.

A partir de discussões como essas o termo estilos vai se popularizando na literatura sobre desenvolvimento, não demora até aparecer dentro das produções Cepal um documento para tratar do tema *Un Modelo para Comparar Estilos de Desarrollo o Políticas Económicas Optativas* (CEPAL, 1971)<sup>20</sup>. Neste estudo, novamente a discussão de estilos aparece com uma ferramenta, a qual, visa avaliar políticas econômicas para um plano de desenvolvimento. A concepção de “estilos” aparece de forma tímida nesse documento, ao ressaltar a importância em se avaliar um plano de desenvolvimento para além de variáveis macroeconômicas, tendo que avaliar “en términos de contenido y de opciones económicas, sociales, tecnológicas, sectoriales y regionales, que en definitiva

---

<sup>20</sup> Conforme Rollins e La Fuente (1973), este documento foi apresentado no XIV Período de Sessões da Cepal.

son elementos de mayor importancia en la imagen de la sociedad a la que se quiere llegar” (CEPAL, 1971, p. 5). Desta forma, a noção de estilos parte desse conjunto de variáveis que formam um tipo de sociedade.

Em sequência ao documento elaborado pela Cepal, Rollins e La Fuente tratam a questão de estilos a partir do modelo contábil elaborado pela Cepal tratado acima. A partir do escrito *Diferentes Modelos o Estilos de Desarrollo* (1973), ambos os autores ultrapassam o estudo da Cepal, através de um esforço maior para conceituar “estilos de desenvolvimento”. Conforme Rollins e La Fuente (1973), uma modalidade de desenvolvimento estaria ligada à própria forma de organização social, todavia, ambos os autores vinculam a questão da constituição dos estilos com a orientação da política econômica que dependem de peculiaridades de cada país e da ideologia do grupo governante. Em alguns países essa modalidade pode estar vinculada à expansão produtiva, em outros países está relacionado à descentralização de poder político e econômico de um grupo social, podendo até mesmo associado a autonomia no que concerne às decisões nacionais. Em suma, essas modalidades determinam “el tipo de desarrollo futuro. Más aún, en última instancia podrán llegar a la implantación a diferentes modelos de vida o estilos de desarrollo” (ROLLINS; LA FUENTE, 1973, p. 2).

A conceituação de estilos utilizada por Rollins e La Fuente também aspiram tratar da questão de estilos como uma ferramenta dentro de um modelo que objetiva identificar problemas cruciais do subdesenvolvimento e como eles se comportam em diferentes estruturas. Dentre os últimos grandes estudos sobre os estilos, deve-se inserir os trabalhos posteriores de Varsavsk que após o informe do CENDES seguiu tratando deste anunciado. O autor tem duas obras elaboradas ao longo da década de 1970, sendo estas: *Estilos tecnológicos* (2013 [1974]) e *Marco Histórico Constructivo para Estilos Sociales, Proyectos Nacionales y sus Estrategias* (1975). Segundo Villamil (1979), a conceituação de estilos em Varsavsk aparece com um alcance muito amplo, referido em termos de cultura, modo de produção, sistema, regime, entre outros. Nos termos do autor estilos seria: “al conjunto de esas características, que definen el modo de vivir, trabajar, evolucionar de una sociedad, lo llamo ‘estilo’ social” (VARSAVSKY, 1975, p. 14).

A luz da discussão empreendida acima, se torna evidente alguns traços e questões que aparecem na construção da literatura sobre estilos de desenvolvimento. O primeiro

ponto, o conceito de estilos aparece, assim como boa parte do pensamento econômico latino-americano, associado a discussões promovidas por órgãos de desenvolvimento econômico de diversos países da América Latina. Derivado do primeiro ponto, devido ao nascimento deste conceito está associado a órgãos e comissões, o termo estilos mostra-se inicialmente com um caráter instrumental, sendo assim, guiado para a atividades prática em função da orientação de diretrizes econômicas e planos de desenvolvimento. Essa questão explica o porquê de o conceito surgir como uma ferramenta dentro de modelos matemáticos. Ainda nessa temática, outro indicativo sobre o tema está na falta de consenso e delimitação sobre o termo estilos. Cada autor imprime um significado próprio ao conceito de estilos, e muitas vezes faz uso de um significado amplo que leva múltiplas relações.

### 3.1 O Pano de Fundo das Discussões sobre Estilos

Outro artifício necessário na busca pela gênese do conceito de estilos de desenvolvimento está na contextualização desta ideia – colocar em seu devido tempo e lugar. Conforme Skinner (2006), o estudo do contexto social de um determinado conjunto de ideias compõe o papel do historiador das ideias. Este deve buscar não somente os fatos relacionados que cercavam a noção de estilos, como também, realizar a recuperação das intenções dos autores neste cenário.

Como abordado até aqui, o enfoque de estilos de desenvolvimento acompanha o processo histórico do desenvolvimento da América Latina. As reflexões sobre o tema são, de certa maneira, subproduto do panorama de desaceleração presente no início da década de 1960. Todavia, o termo estilos aparece pela primeira vez no informe do CENDES no ano de 1969, sendo assim, já estava dentro de outro enquadramento. Conforme Bielschowsky (2018), de meados dos anos 1960 até o fim do auge econômico mundial (1973-74) a região desfrutou de elevadas taxas de crescimento (média 6,7% ao ano) e expansão anual de 7,1 por cento das exportações. Este cenário favorável garantiu divisas e liquidez internacional para retomada processo de industrialização em curso.

A conjuntura de recuperação do último quarto da década de 1960 negava qualquer hipótese de estagnação, mas manteve sem resolução os problemas levantados durante a

crise, como o aprofundamento da marginalização e tendência à concentração de renda. De modo geral, prevalecia a compreensão que se tratava de um crescimento “maligno” ou “perverso”<sup>21</sup>, pois apenas uma pequena fração da população se favoreceu com a retomada da dinâmica. Posto isso, o enquadramento da abordagem de estilos de desenvolvimento parte do reconhecimento categórico de que seguir uma agenda reformista (pró reformas de base e estruturais) culminaria em um desenvolvimento socialmente mais homogêneo, porém, nada disso impediria que uma economia combinasse elevada dinâmica com graves injustiças sociais. Em outros termos, não havia um único estilo viável para uma economia.

É certo que a discussão de estilos se prolonga ao longo da década de 1970, quando a conjuntura externa reverte com advento da Crise do Petróleo do ano de 1973. Segundo Pedrão (1998), os traços de dependência se aprofundam nesse período com a ampliação dos fluxos financeiros e o aparecimento com maior expressão da empresa transnacional. O resultado era um processo crescente de endividamento dos países latinos. Conforme Bielschowsky (2018), a questão de estilos aparece como uma apreensão de um conjunto de intelectuais envolvidos na possibilidade em alterar para um estilo de desenvolvimento com transformação social.

Por outro lado, a questão de estilos também favorecia o reconhecimento das diferentes estratégias adotadas pelos países da região. Cano (1999) aponta que há inúmeras diferenças históricas que já não permitem tratar a América Latina como uma unidade homogênea. A partir de 1973 essas diferenças se notam com maior clareza, devido a rumos distintos traçados no que tange o planejamento econômico destes países. Enquanto alguns países como México e Brasil deram continuidade no processo de industrialização planejada, optando pela via do endividamento externo. Outros países do Cone-Sul (Argentina, Uruguai, Chile), por sua vez, abandonaram o projeto de industrialização abrindo seu comércio e finanças à livre movimentação.

Outro aspecto relevante está em considerar o ambiente de discussões institucionais como um determinante para a questão dos estilos. Garza (1992) encontra dentro das discussões dirigidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento

---

<sup>21</sup> O economista Polonês Ignacy Sachs cunha essas expressões proferindo-as em um discurso feito pela Cepal no ano de 1968 (BIESCHOWSKY, 2018).

alguns pontos de conexão com a abordagem de estilos. Na segunda metade da década de 1960 a ONU estava promovendo um debate crítico ao enfoque estritamente econômico no tratamento do desenvolvimento. A ONU objetivava superar este enfoque promovendo uma análise capaz de incorporar aspectos econômicos, políticos e sociais. De acordo com Bielschowsky (2018, p. 77), uma expressão desse movimento foi a Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social aprovada no ano de 1969 pela Assembleia Geral da ONU, a qual estabelece “o desenvolvimento social como o grande objetivo da humanidade e a estabelecer um consenso filosófico universal sobre as normas sociais do desenvolvimento”.

Este esforço de desenvolvimento analítico realizado pela ONU se desdobra no ano de 1971 na criação de um projeto interdisciplinar para apresentação de “enfoque integrado do desenvolvimento”. Os resultados desse clima de debate presente na ONU foram expostos no documento *Informe sobre un Criterio Unificado para el Análisis y la Planificación del Desarrollo* (NAÇÕES UNIDAS, 1973) apresentado no ano de 1972. Conforme Wolfe (1982), a contribuição teórica por de trás destes documentos estabelece a noção de estilos de desenvolvimento.

Devido a vinculação da Cepal como órgão oficial da ONU, a linha de trabalho do desenvolvimento integral passa rapidamente a integrar a agenda da Cepal. De acordo com Bielschowsky (2018), a comissão deveria avaliar as possibilidades de desenvolvimento nas economias latino-americanas dentro desta ótica. O resultado destes estudos dentro da comissão se desenvolveu em paralelo ao enfoque de estilos, uma vez que o diagnóstico sempre apontava para a defesa do planejamento estatal orientado para um estilo de desenvolvimento com ampla participação das camadas sociais - cenário oposto ao de regimes ditatoriais que predominava na região.

#### **4. Estilos de Desenvolvimento entre Aníbal Pinto e Jorge Graciarena, a construção da abordagem**

Na segunda metade da década de 1970, o tema estilos de desenvolvimento alcança o centro das discussões sobre desenvolvimento dentro da instituição mais influente da América Latina – a Cepal. Em meio a queda de regimes democráticos na América Latina

ao longo da década de 1960, a comissão havia se tornado um ambiente acolhedor, onde economistas e sociólogos poderiam pensar a sociedade latino-americana como um laboratório de transformações econômicas, políticas e sociais. Como expõe Martín (2016), o golpe de Estado no Chile em setembro de 1973 muda as feições deste cenário, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento influenciado pela experiência ortodoxa da Escola de Chicago, assim sendo, tendo a Cepal que dividir sua influência com a ascensão do neoliberalismo.

A solução encontrada pela Cepal foi a criação da *Revista de la Cepal* como um órgão expressivo vinculado à comissão no ano de 1976. A revista, dirigida inicialmente por Raúl Prebisch, estabelece um terreno para discussões críticas com relação ao subdesenvolvimento incluindo publicações de autores renomados como Rolando Franco, Osvaldo Sunkel, Jorge Graciarena, Adolfo Gurrieri, Aníbal Pinto, entre outros. Já na primeira edição, a revista abre as páginas trazendo reflexões sobre democracia e desenvolvimento tendo o enfoque de estilos como aparato central dessas reflexões (MARTÍN, 2016). Iglesias (1976, p. 5) delinea com clareza esse cenário na nota de apresentação da primeira edição da revista. O autor expressa uma preocupação com o cenário de mutações presentes em âmbito nacional e internacional, especialmente com o campo social. A questão de estilos é apresentada logo em seguida como uma via de interpretação para este cenário. Com as palavras do autor, “no menos importante son las revisiones de los estilos de crecimiento y desarrollo que se perfilan en los países de la región dentro de modalidades propias de cada caso”.

A edição 1 da Revista de la Cepal trouxe três artigos clássicos que marcam uma tentativa de construção da abordagem de estilos de desenvolvimento. De acordo com Bielschowsky (2018), este conjunto de textos traziam fortes críticas metodológicas à forma com a qual a questão de estilos estava se desenvolvendo. Nesta seção, após passar pelas origens mais profundas da formulação da noção de estilos, daremos destaque (dentre os artigos da revista) para a contribuição de Aníbal Pinto e Jorge Graciarena que promovem um esforço maior para delinear os marcos teóricos para se repensar a abordagem dos estilos de desenvolvimento.

#### 4.1 Estilos de Desenvolvimento em Aníbal Pinto, uma simbiose entre estrutura e dinâmica

O artigo de Aníbal Pinto *Notas sobre Estilos de Desarrollo en América Latina* (1976) insere a discussão de estilos no núcleo do pensamento da Cepal. Este texto, que se popularizou em 1976, é a versão revisada de alguns escritos que já vinha sendo trabalhado pelo autor nos anos anteriores<sup>22</sup>. O ponto de partida de Aníbal Pinto está na necessidade de estabelecer critérios claros para se pensar a questão de estilos, sendo que este tem sido utilizado convencionalmente na literatura como sinônimo de um modelo, padrão, sistema entre outros.

Dito isso, a interpretação da questão de estilos na concepção de Pinto deve ser entendida por etapas. O primeiro ponto está em pensar um estilo dentro de uma simbiose entre dois conceitos: sistema e estrutura. O primeiro destes, “asociaremos con las dos formas principales de organización que lidian y conviven en la realidad contemporánea: la capitalista y la socialista” (PINTO, 1976, p. 100). Uma das formas de contrastar estes dois sistemas está nas relações entre investimento público e privado, sendo que no socialismo o investimento tem por elemento central as resoluções do Estado. Por outro lado, no capitalismo a composição dinâmica está associada as diretrizes do mercado. A segunda categoria analítica, estrutura, é responsável por separar os países industrializados dos países subdesenvolvidos, além disso, define as relações de dominação no esquema mundial.

A escolha dessas duas categorias permite reconhecer quatro possíveis situações básicas para classificar os Estados nacionais, sendo elas: (i) capitalistas industriais, (ii) capitalistas subdesenvolvidos, (iii) socialistas industrializados, e por último, (iv) socialistas subdesenvolvidos. Contudo, como afirma Rodríguez (2009), o esforço de caracterização do autor está dentro dos casos capitalistas. No que tange a tipificação realizada por Pinto, esta não busca considerar uma homogeneização entre os países capitalistas subdesenvolvidos, ou vice e versa. Ao contrário, há divergências dentro de cada um destes casos oriundas de formações históricas distintas, culturas, tipo de organização política social etc. Dando seguimento à análise, a elaboração do enfoque de

---

<sup>22</sup> Tais escritos foram publicados pela Cepal respectivamente nos anos de 1973 e 1975, ambos os textos têm o mesmo título que o artigo de 1976 (PINTO, 1973, 1975).



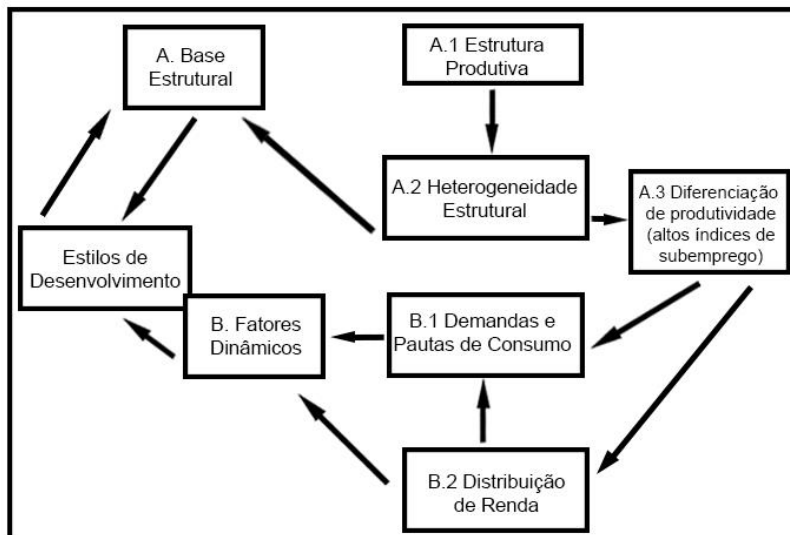
estilos precisava ganhar moldes estruturais e um sentido econômico. Neste seguimento, Aníbal Pinto (1976), reconhece que dentro de um sistema e uma estrutura há uma multiplicidade de fatores que perfilam diferentes tipos de estilos que se manifestam na vida social. Isto é, os países se diferenciam a partir de suas camadas tecnológicas, abertura ao setor externo, significância da heterogeneidade estrutural. É com base nesses elementos que se torna possível diferenciar os inúmeros estilos.

A compreensão de estilos está dentro dessa chave conceitual exposta acima, sendo um estilo, para Pinto (1976, p. 104), “la manera en que dentro de un determinado sistema se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes y cómo producir bienes y servicios”, tendo uma relação estreita com a distribuição e organização dos componentes relacionados à produção. Desta forma, a abordagem elaborada pelo autor permite compreender dentro da dinâmica as tendências e o funcionamento de um determinado estilo, assim como identificar quem vem sendo favorecido (ou marginalizado) no livre movimento de um dado estilo.

Dando seguimento na elaboração teórica de Pinto, a caracterização de um estilo deve, impreterivelmente, considerar duas classes de fatores. O primeiro concerne à “estrutura”, que deve ser avaliada sobre uma perspectiva estática. A estrutura é composta pela forma como o aparelho produtivo está organizado, no que tange os recursos, assim como a composição da oferta. O segundo integra os fatores “dinâmicos”, tendo eles o papel de “mover” a estrutura. Somado a isso, os fatores dinâmicos também são condicionados por esta estrutura. São estes fatores que “influyen permanentemente en la estructura productiva, ya sea en favor de su modificación, o acentuando sus perfiles” (PINTO, 1976, p. 104). Antes de avançar, a figura abaixo (FIG. 1) permite delinear com clareza o esquema teórico de Aníbal Pinto.



Figura 1. Estilos de Desenvolvimento em Aníbal Pinto



Fonte: Baseado no esquema elaborado por Rodríguez (2009).

Com base na figura acima, há uma relação de interdependência entre estes dois elementos, a qual está na essência do enfoque de estilos de Aníbal Pinto. Primeiramente, no que se refere à estrutura produtiva (A. 1), está vinculado à heterogeneidade estrutural (A. 2) de uma economia. O grau de heterogeneidade define a estrutura ocupacional (os níveis de emprego e subemprego) que coexiste com níveis de produtividade muito distintos (A. 3) – esta explanação tem por base a tese de Pinto sobre heterogeneidade apresentada na primeira seção. Em razão disso, uma estrutura muito heterogênea afeta a estrutura distributiva, ampliando o grau de concentração. Dentro da abordagem do autor, as questões distributivas integram os fatores dinâmicos, portanto, a distribuição da renda (B. 2) tem vínculo direto com a composição da estrutura de demanda (B. 1) que, quando alterada, atua modificando o estilo de desenvolvimento vigente. Conforme Pinto (1976), para o caso da América Latina, uma estrutura concentrada e heterogênea contribuiu para a constituição de uma estrutura de demanda pautada pelo consumo das classes altas e médias altas, por resultado, se constituiu um estilo de desenvolvimento que alimenta e contribui com o tipo de estrutura concentrada previamente estabelecido.

O enfoque de estilo de desenvolvimento elaborado pelo autor demonstra que uma estrutura de oferta concentrada não leva à estagnação, ao contrário, ela se combina com

uma estrutura de demanda que garante a sua sobrevivência e dinâmica em detrimento a marginalização de uma considerável parcela da população. O julgamento de Pinto apesar de apontar a viabilidade do estilo vigente na América Latina, também tece críticas com base em critérios de justiça distributiva amparados no reconhecimento da comunidade internacional. Assim sendo, Aníbal Pinto coloca a ação estatal como mecanismo fundamental para orientar o estilo de desenvolvimento vigente com medidas distributivas que almejem a homogeneidade social.

#### 4.2 Estado, Poder e Classes Sociais, a interpretação de Jorge Graciarena

A contribuição de Jorge Graciarena para repensar a abordagem de estilos de desenvolvimento no ano de 1976 é relevante em diversos sentidos, e se coloca essencialmente no campo metodológico. O autor trata da problemática do interesse de classe e do poder político, que conforme Fiori (2018), sempre foram uma externalidade dentre as análises com respeito à dinâmica econômica. Em consonância a isso, Bielschowsky (2018) expõe que a preocupação de Graciarena se retinha ao tratamento confuso que o termo estilos estava recebendo a partir do “enfoque unificado” pensado sob a égide da ONU, pois para o autor ainda não estava consolidado uma abordagem multidisciplinar que tenha superado de vez o enfoque estritamente econômico.

O artigo de Graciarena *Poder y Estilos de Desarrollo* (1976) também é uma versão lapidada de um estudo anterior realizado na Cepal<sup>23</sup>. A discussão iniciada por Graciarena é no campo metodológico. Conforme o autor, o uso do termo estilos carregava, por si só, alguns interrogantes, como: a qual realidade se refere? quais são seus elementos fundamentais e secundários? é um conceito estático, ou dinâmico? Para Graciarena, nem mesmo havia uma definição consensual deste conceito, uma vez que o termo estilos leva a diversas ideias errôneas, e outras vezes não é separado de outros conceitos do arsenal teórico das ciências sociais (sistema, valor nacional, etc.). Tudo isso fazia com que “su idea central [sobre estilos] sea difícil de asir y carezca de una referencia teórica explícita. (GRACIARENA, 1976, p. 178).

---

<sup>23</sup> O escrito preparatório de Graciarena foi escrito no ano anterior com o título *A Proposito de los Estilos de Desarrollo: una nota heterodoxa* (1975).

A conceituação dos marcos de estilos, para Graciarena, deveria partir da inclusão de outras dimensões (sociais, políticas, culturais) que mantinham um papel marginal, ou eram tidas na análise por constante. Conforme o autor, a questão do Estado era sempre tratada como imutável, ou neutro, e as questões sociais eram abordadas como constantes. Nas palavras do autor (GRACIARENA, 1976, p. 177):

Pasaría aún bastante tiempo antes de que se admitiese – y en forma limitada – que algunas dimensiones sociales no consideradas antes, como las clases sociales, las relaciones de poder y la naturaleza política del Estado, tuviesen una importancia fundamental en las orientaciones de las estrategias de desarrollo, especialmente en América Latina”.

Graciarena busca inserir a questão do poder no desenvolvimento econômico, assim como quem o mobiliza e a qual objetivo e interesse. Tal questão se desdobra na necessidade em adicionar as relações entre os agentes na análise. A proposta do estudo do poder passa pelas classes sociais, isto é, era preciso considerar as elites, se afastando de uma visão otimista que trabalha com a hipótese de uma “elite esclarecedora” que coloca as intenções coletivas acima das vontades individuais. Apenas a partir da adoção da noção de poder no que tange o desenvolvimento é que se toma consciência que um dado estilo de desenvolvimento tem por de trás um grupo social – que tem influência sobre a máquina estatal – que o sustenta – um estilo não é um mero produto do acaso.

A luz dessas considerações metodológicas elaboradas por Graciarena, o conceito de estilos é enfim definido pelo autor. Em um primeiro momento, a noção de estilos é descrita como “la modalidad concreta y dinámica adoptada por un sistema social en un ámbito definido y en un momento histórico determinado (...)” (GRACIARENA, 1976, p. 186). No entanto, o autor percebe que essa conceituação leva a uma noção mais próxima a estrutura do que estilos, levando a um segundo esforço de conceituação. Posto isso, estilos, para Graciarena, seria “una especie de integración de las estrategias de desarrollo con los factores de poder que hacen posible su realización en un sistema económico y social históricamente determinado, y orientado hacia ciertos objetivos (GRACIARENA, 1976, p. 186). Com base nessa definição, Graciarena (1976) insere o conceito de estilos dentro de um plano histórico. Um estilo é, então, resultado de uma estratégia mobilizada por uma coalizão de classes que se esgota em um dado momento por contradições intrínsecas ao processo. Quando esgotado, este estilo é substituído por outro que refletem

um outro quadro social, marcado por novos conflitos e coalizões de classes com projetos compatíveis com seus atuais interesses. Portanto, produzindo um novo arranjo que pode produzir uma descontinuidade com sistema social vigente, ou apenas novas combinações dos mesmos elementos essenciais.

Em síntese, a contribuição do autor para questão dos estilos está em inserir a dimensão política. Compreender que agentes históricos estabelecem alianças e são capazes de forçar um estilo de desenvolvimento na estrutura vigente é um passo fundamental para se pensar realmente o desenvolvimento de forma integrada. Nestes termos, pensar um novo estilo de desenvolvimento, que supere um estilo atual, depende de antemão da emergência de uma classe, ou aparecimento de coalizões opostas as atuais. Em última instância, a vontade política e os conflitos sociopolíticos estão no âmago para se pensar um estilo de desenvolvimento. Em adição, repensar o estilo vigente na América Latina é avançar no estudo dessas questões.

### **Considerações Finais**

A abordagem de estilos de desenvolvimento apesar de ter sido convencionalmente datada na literatura do desenvolvimento nos anos de 1970, sua origem precede este período. A discussão de estilos já aparece na década anterior em meio a um movimento de revisões críticas com relação à teoria do desenvolvimento. O propósito deste estudo foi retomar o enfoque de estilos de desenvolvimento, a partir de uma revisão histórica do conceito de estilos de desenvolvimento.

As raízes da noção de estilos têm origem distintas. Um dos principais determinantes levantados foi encontrado em torno das discussões sobre a crise dos anos de 1960 na América Latina, mais precisamente, no debate crescimento-estagnação. No que abarca este tema, o sentido de estilos aparece na literatura pela via oposta a estagnação, quer dizer, defende a existência de diversas possíveis “combinações” de capitalismo, embora alguns destes mantenham um elevado grau de concentração, isso não retira sua dinamicidade. Neste seguimento, o termo estilos já aparece de forma mais acabada na abordagem de Tavares e Serra. Elementos do arsenal teórico de Furtado também compõe a abordagem de estilos elaborada por Aníbal Pinto, uma vez que o autor

trabalha com a caracterização dos componentes da demanda e seu reflexo na distribuição de renda dentro de um estilo de desenvolvimento, todavia Aníbal dá uma ênfase maior aos encadeamentos da estrutura produtiva (estrutura da oferta) sobre a demanda.

Através de uma revisão histórica do conceito de estilos de desenvolvimento foi possível perceber alguns traços na construção do conceito. Primeiramente, o termo aparece vinculado a modelos matemáticos e é teorizado dentro de órgãos de desenvolvimento da América Latina. Todavia, o conceito é utilizado por inúmeras formas ou sentidos, não havia um consenso sobre o tema, muito menos um esforço para firmar uma unidade sobre o tema. O contexto dessa produção teórica tem muito a dizer sobre a questão de estilos. Havia um clima de debates dentro de órgãos regionais e internacionais liderados pela ONU – posteriormente essas discussões alcançam a Cepal – em busca de superar uma abordagem estritamente econômica para abordar o desenvolvimento. Tal ambiente produziu os marcos para se pensar a questão de estilos. Para mais, os regimes ditatoriais se alastravam por inúmeros países da América Latina, promovendo modelos de desenvolvimento marcados pela marginalização social. Junto a isso, haviam países cruzando rumos distintos no que se refere à estratégia de desenvolvimento, assim moldando um espaço ideal para se pensar os diferentes estilos de desenvolvimento presentes na região.

Deste modo, as produções clássicas sobre estilos de desenvolvimento na primeira edição da *Revista de la Cepal* são fruto de todo esse cenário intelectual que o precede. O que Aníbal Pinto e Jorge Graciarena fazem em seus textos inaugurais da revista, não é mais que tentar organizar as discussões e propor novas questões e formas de trabalhar com o enfoque de estilos de desenvolvimento. Atualmente, a abordagem de estilos ainda está presente em textos recentes da Cepal<sup>24</sup>, todavia a partir da crise da dívida na América Latina e dos surtos inflacionários, a questão de estilos foi perdendo espaço para discussões de curto prazo sobre estabilização econômica.

---

<sup>24</sup> O termo estilos não desaparece na literatura, a título de exemplo o documento *Horizontes 2030* (2016) elaborado pela Cepal tem por pano de fundo refletir sobre um novo estilo de desenvolvimento com base na igualdade e no desenvolvimento sustentável.

**Referências Bibliográficas:**

ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Eds.). **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**: ensaios sobre metodologia em economia. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 13–44.

BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O Debate do Desenvolvimentismo na Tradição Heterodoxa Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. n. 13(2), p. 173–199, ago. 2009.

BIELSCHOWSKY, R. A Trajetória Histórica do Pensamento da Cepal: 1948-1998. In: BRANDÃO, C. A. (Ed.). **Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-Americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018. p. 47–92.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Edição: 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. FIORI, J. L. (org.). **Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 287-326.

CENDES. Estilos de Desarrollo: Grupo de modelos matemáticos. **El Trimestre Económico**. v. 36, n. 144(4), p. 517–576, dez. 1969.

CEPAL. **Horizontes 2030**: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible. Síntesis. Ciudad de México, México: CEPAL, 2016.

\_\_\_\_\_. **Un Modelo para Comparar Estilos de Desarrollo o Políticas Económicas Optativas**, abr. 1971. Disponível em:  
<<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14430>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CIMOLI, M.; PORCILE, G. Tecnología, Heterogeneidad y Crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas. **Série Desarrollo Productivo - Cepal**, n. 194, 2013.

FIORI, J. L. As Trajetórias Intelectuais do Debate sobre o Desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, C. A. (Ed.). **Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-Americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018. p. 17-46.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

GARZA, E. G. Estilos de Desarrollo versus Acumulación. Aportaciones Teóricas de dos Escuelas de Pensamiento: la teoría de la Cepal y la Teoría de la Regulación. **Investigación Económica**, v. 51, n. 202, p. 109–129, dez. 1992.

GRACIARENA, J. Poder y Estilos de Desarrollo. Una perspectiva heterodoxa. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 173–193, primeiro semestre 1976.

\_\_\_\_\_. **A Proposito de los Estilos de Desarrollo**: una nota heterodoxa. Cepal, ago. 1975. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/32964>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IGLESIAS, E. V. La Revista de la Cepal. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 5–6, primeiro semestre. 1976.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Eds.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. v. 1.

MARTÍN, J. J. M. La Sociología del Desarrollo en América Latina: una tensión permanente entre democracia y crecimiento económico. **Espacio Abierto**: Cuaderno Venezolano de Sociología. v. 25, n. n. 3, p. 171–181, set. 2016.

MEDEIROS, F. J. M.; COSENTINO, D. V. **Celso Furtado, Raúl Prebisch frente à crise do desenvolvimentismo da década de 1960**. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política apresentado em XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Informe sobre un Criterio Unificado para el Análisis y la Planificación del Desarrollo. Informe Preliminar del Secretario General de las Naciones Unidas**. Nova York, Estados Unidos: Nações Unidas, 1973.

PEDRÃO, F. **O Significado Atual da revisão do Pensamento da Cepal**. In: PEDRÃO, F. (org.). **O Pensamento da Cepal**. Salvador: Organização dos Estados Americanos/Universidade Federal da Bahia/Ianamá, 1998.

PINTO, A. Notas Sobre Estilos de Desarrollo en América Latina. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 97–128, primer semestre 1976.

\_\_\_\_\_. **Notas Sobre Estilos de Desarrollo en América Latina**. Cepal, jun. 1975. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/30485>>. Acesso em: 30 nov. 2018.



\_\_\_\_\_. **Notas Sobre Estilos de Desarrollo en América Latina**. Cepal, dez. 1973. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/34765>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Natureza e Implicações da “Heterogeniedad Estructural” da América Latina. In: **Cinquenta Anos do Pensamento de la Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1970]. v. 2. p. 568–570.

POLETTI, D. W. **A CEPAL e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PREBISCH, R. **El Estudio Económico de América Latina 1949**. Chile: Cepal, 1950.

\_\_\_\_\_. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. (Ed.). **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011 [1949]. p. 95–151.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

ROLLINS, C.; LA FUENTE, M. **Diferentes Modelos o Estilos de Desarrollo**. Cepal, jun. 1973. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/35209>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SERRA, J. Apresentação. In: SERRA, J. (Ed.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Q. **Vision of Politics: regarding method**. 1 ed. 4 printagem ed. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2006. v. 1.

TAVARES, M. DA C.; SERRA, J. Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). **Cinquenta Anos do Pensamento de la Cepal**. Rio de Janeiro: Record, v. 2. 2000. p. 589–608.

VARSAVSKY, O. **Estilos tecnológicos: propuestas para la selección de tecnologías bajo racionalidad socialista**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Biblioteca Nacional, 2013.

\_\_\_\_\_. **Marco Histórico Constructivo para Estilos Sociales, Proyectos Nacionales y sus Estrategias**. Buenos Aires, Argentina: Centro Editor de América Latina, 1975.



VILLAMIL, J. J. **Concepto de Estilos de Desarrollo**: una aproximación. Cepal, nov. 1979. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/20719>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VUSKOVIC, P. Distribución del ingreso y opciones de desarrollo. **Cuadernos de la Realidad Nacional**. n. 5, p. 41–60, set. 1970.

WOLFE, M. El Desarrollo Esquivo: la búsqueda de un enfoque unificado para el análisis y la planificación del desarrollo. **Revista de la Cepal**. n. 17, p. 7–49, ago. 1982.